

BCLV Comércio
de Veículos S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650, Fax +55 (16) 3323-6651
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
BCLV Comércio de Veículos S.A.
Ribeirão Preto - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BCLV Comércio de Veículos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BCLV Comércio de Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Pressuposto de continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 7.703 mil e R\$ 4.493 mil, na controladora e no consolidado, respectivamente e possui patrimônio líquido negativo de R\$ 12.212 mil e R\$ 4.410 na controladora e no consolidado, respectivamente. Parte substancial das operações da Companhia e suas controladas dependerá do suporte financeiro do acionista e/ou recursos de terceiros e dos planos aprovados pela Companhia para ações futuras em relação à análise da continuidade operacional, já que face ao cenário econômico dos últimos anos a geração de caixa operacional da Companhia foi negativamente impactada.

Com o objetivo de avaliar o uso do pressuposto de continuidade operacional quando da preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia elaborou análises que consideraram eventos e condições que pudessem indicar incertezas significativas e gerar dúvidas quanto à sua capacidade de continuidade operacional e que indicaram que a Companhia enfrentará dificuldades financeiras, diante desse cenário o compromisso de suprir eventuais necessidades de caixa da Companhia está sendo assumido pelo controlador da entidade. Devido às incertezas e ao grau de julgamento para avaliar a capacidade financeira do controlador, e do impacto que qualquer mudança significativa nessa análise poderia ter na avaliação da existência de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos a carta conforto do acionista controlador e avaliamos que a mesma afirma a sua intenção de continuidade das operações e compromisso de aportes de capital em montantes suficientes para cobrir quaisquer necessidades de caixa. Avaliamos com a Companhia as evidências que corroboram que o acionista controlador, possui capacidade financeira para honrar a necessidade de caixa da Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas de finanças corporativas, avaliamos também os planos aprovados pela Companhia para ações futuras em relação à análise da continuidade operacional. Adicionalmente, analisamos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras quanto ao uso do pressuposto da continuidade operacional em sua preparação.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o julgamento da Companhia de que não existe incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional e que foram feitas as divulgações requeridas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 29 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

BCLV Comércio de Veículos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.226	3.187	377	1.560	Fornecedores	18	34.199	81.420	24.775	78.396
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	11	12.229	21.585	8.070	22.295	Empréstimos e financiamentos	19	66.567	55.966	67.530	51.708
Estoques	12	39.421	76.738	24.878	66.344	Debêntures	20	8.136	6.974	8.136	6.974
Adiantamentos a fornecedor		3.126	4.899	3.101	3.562	Adiantamentos de clientes	22	22.377	16.599	18.838	16.553
Impostos a recuperar		1.536	575	1.372	566	Salários, encargos sociais e tributos a recolher	23	4.059	7.723	2.995	7.038
Outros ativos	13	2.268	847	2.215	767	Imposto de renda e contribuição social a recolher		163	120	-	-
Total do ativo circulante		59.806	107.831	40.013	95.094	Outras contas a pagar		1	291	-	291
						Total do passivo circulante		135.502	169.093	122.274	160.960
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	19	1.658	40.590	1.658	31.038
Ativos fiscais diferidos	14	4.903	4.855	4.903	4.855	Debêntures	20	-	8.136	-	8.136
Depósitos judiciais e outros		1.103	564	1.103	564	Provisão para contingências	24	652	652	652	652
Total do realizável a longo prazo		6.006	5.419	6.006	5.419	Total do passivo não circulante		2.310	49.378	2.310	39.826
Investimentos	15	-	2.066	29.365	7.438	Patrimônio líquido					
Imobilizado	16	29.678	62.994	25.063	48.857	Capital social	25	65.703	62.491	65.703	62.491
Intangível	17	37.912	36.757	11.925	36.757	Adiantamento para futuro aumento de capital social		-	500	-	500
		67.590	101.817	66.353	93.052	Prejuízos acumulados		(77.915)	(70.212)	(77.915)	(70.212)
						Atribuível aos controladores		(12.212)	(7.221)	(12.212)	(7.221)
Total do ativo não circulante		73.596	107.236	72.359	98.471	Participação de não controladores		7.802	3.817	-	-
						Total do patrimônio líquido		(4.410)	(3.404)	(12.212)	(7.221)
Total do ativo		133.402	215.067	112.372	193.565	Total do passivo		137.812	218.471	124.584	200.786
						Total do passivo e patrimônio líquido		133.402	215.067	112.372	193.565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BCLV Comércio de Veículos S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

		<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	Nota	2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	26	509.933	667.883	341.105	598.832
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	27	<u>(438.931)</u>	<u>(569.556)</u>	<u>(292.714)</u>	<u>(512.566)</u>
Lucro bruto		<u>71.002</u>	<u>98.327</u>	<u>48.391</u>	<u>86.266</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	28	(28.291)	(36.673)	(20.102)	(33.301)
Despesas gerais e administrativas	29	(41.695)	(52.311)	(34.512)	(49.457)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	30	<u>22.876</u>	<u>(856)</u>	<u>22.724</u>	<u>1.980</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>23.892</u>	<u>8.487</u>	<u>16.501</u>	<u>5.488</u>
Despesas financeiras	31	(27.845)	(33.851)	(24.274)	(32.180)
Receitas financeiras	31	<u>1.093</u>	<u>1.012</u>	<u>615</u>	<u>421</u>
Resultado financeiro	31	<u>(26.752)</u>	<u>(32.839)</u>	<u>(23.659)</u>	<u>(31.759)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	15	-	68	(593)	316
Resultado antes dos impostos		<u>(2.860)</u>	<u>(24.284)</u>	<u>(7.751)</u>	<u>(25.955)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	(1.681)	(840)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	<u>48</u>	<u>93</u>	<u>48</u>	<u>93</u>
Resultado do exercício		<u>(4.493)</u>	<u>(25.031)</u>	<u>(7.703)</u>	<u>(25.862)</u>
Resultado atribuído para:					
Acionistas controladores		(7.703)	(25.862)	-	-
Acionistas não controladores		<u>3.210</u>	<u>831</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício		<u>(4.493)</u>	<u>(25.031)</u>	<u>(7.703)</u>	<u>(25.862)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BCLV Comércio de Veículos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2017	2016	2017	2016
Resultado do exercício	<u>(4.493)</u>	<u>(25.031)</u>	<u>(7.703)</u>	<u>(25.862)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(4.493)</u></u>	<u><u>(25.031)</u></u>	<u><u>(7.703)</u></u>	<u><u>(25.862)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BCLV Comércio de Veículos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Atribuível aos acionistas controladores			Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Adiantamento futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados		
Saldos em 1º de janeiro de 2016		62.491	-	(43.628)	1.207	20.070
Constituição de controladas		-	-	-	1.779	1.779
Adiantamento para futuro aumento de capital social		-	500	-	-	500
Transações entre acionistas		-	-	(722)	-	(722)
Resultado do exercício		-	-	(25.862)	831	(25.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	25	<u>62.491</u>	<u>500</u>	<u>(70.212)</u>	<u>3.817</u>	<u>(3.404)</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2017		62.491	500	(70.212)	3.817	(3.404)
Constituição de controladas		-	-	-	775	775
Integralização de capital social		3.212	(500)	-	-	2.712
Resultado do exercício		-	-	(7.703)	3.210	(4.493)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	25	<u>65.703</u>	<u>-</u>	<u>(77.915)</u>	<u>7.802</u>	<u>(4.410)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BCLV Comércio de Veículos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais				
Resultado do exercício	(4.493)	(25.031)	(7.703)	(25.862)
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	6.891	14.726	6.591	12.264
Resultado na venda de ativo imobilizado	19.014	9.614	18.974	8.765
Resultado na baixa do ativo intangível	4.793	-	4.793	-
Resultado na baixa de investimento	-	-	5.198	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	(68)	593	(316)
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos	13.514	26.735	13.493	25.350
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(48)	(93)	(48)	(93)
Custo de transações das debêntures	169	275	169	275
Variações em:				
Redução em contas a receber e outros recebíveis	9.356	10.619	14.225	8.760
Redução em estoques	38.450	4.207	41.466	14.601
Redução (aumento) em adiantamentos a fornecedor	1.773	(4.158)	461	(2.822)
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(961)	64	(806)	73
(Aumento) redução em outros ativos circulantes	(1.421)	9.492	(1.448)	9.544
(Aumento) em depósitos judiciais e outros ativos não circulantes	(539)	(151)	(539)	(151)
(Redução) em fornecedores	(47.221)	(10.059)	(53.621)	(12.934)
Aumento em adiantamentos de clientes	5.778	8.704	2.285	8.685
(Redução) aumento em salários, encargos sociais e tributos a recolher	(2.103)	739	(4.043)	67
(Redução) em outras contas a pagar	(290)	(1.547)	(291)	(1.547)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.518)	(720)	-	-
Juros pagos de financiamentos	(13.514)	(26.737)	(13.493)	(25.350)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	27.630	16.611	26.256	19.309
Fluxo de caixa de atividades de investimentos				
Caixa proveniente de transações entre acionistas	-	-	-	(722)
Aquisição de imobilizado	16	(8.276)	(13.937)	(7.410)
Baixa de ativo imobilizado perda de controle	-	1.219	-	-
Aquisição de intangível	-	(5.422)	(609)	(422)
Aquisição de investimentos	-	-	(1.998)	(4.857)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(12.479)	(16.544)	(9.450)	(8.884)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	46.956	37.781	47.156	25.881
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(59.977)	(39.432)	(59.977)	(37.355)
Pagamento de debêntures	(7.143)	(11.607)	(7.143)	(11.607)
Empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas	-	13.500	(5.000)	13.500
Recebimento empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas	2.500	-	4.263	-
Distribuição de lucros	872	(450)	-	-
Aumento de capital social	25	2.712	2.712	-
Adiantamento para futuro aumento de capital social	-	500	-	500
Aumento de capital em investidas - Participação de não controladores	(3.032)	2.229	-	-
Caixa (usado nas) proveniente das atividades de financiamentos	19a	(17.112)	2.521	(17.989)
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(1.961)	2.588	(1.183)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		3.187	599	1.560
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		1.226	3.187	377

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BCLV Comércio de Veículos S.A., localizada na Avenida Wladimir Meirelles Ferreira, 1.600, Jardim Botânico, Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, com nome fantasia EUROBIKE, compreende uma rede de concessionárias especializadas em veículos *premium*. A Companhia tem como objeto social o comércio de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios, nacionais e importados, novos e usados, a assistência técnica e a consignação de autos e motos; importação de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios; comércio varejista de combustíveis e lubrificantes; participação em outras sociedades empresárias ou não, como sócia, ou acionista (*holding*); consultoria em gestão de concessionárias de veículos; e locação de veículos próprios ou de terceiros (exceto arrendamento mercantil); intermediação de venda de veículos.

Durante o exercício de 2017, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 7.703 (prejuízo de R\$ 4.493 no Consolidado) e em 31 de dezembro de 2017 o passivo circulante excede o ativo circulante em montante de R\$ 82.261 (R\$ 75.696 no Consolidado) e possui patrimônio líquido negativo de R\$ 12.212 e (R\$ 4.410 no Consolidado, respectivamente. Como forma de readequar o perfil da dívida, a administração está em renegociação dos saldos de empréstimos e financiamentos buscando o alongamento desses passivos junto aos principais bancos credores cujo endividamento se encontra classificado no passivo circulante e não circulante, de forma a ajustar seu fluxo de caixa financeiro, bem como reestruturação das operações mediante alienação das lojas com baixa *performance* e compromisso do controlador em aportes de capital em montante suficiente para suprir eventuais necessidades de caixa da Companhia, quando necessário.

A Administração entende que essas ações produzirão impactos positivos nos resultados futuros e na posição financeira da Companhia, garantindo-lhes plenas condições de continuar suas operações de forma crescente.

2 Entidades do grupo

Controlada direta	País	Participação	
		2017	2016
BVHD Locação de Veículos e Serviços Ltda.	Brasil	-	80,00%
VBCP Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	-	60,61%
VSTM Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	76,96%	51,00%
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	-	39,98%
BMMOT Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	92,50%	-

BVHD

A BVHD Locação de Veículos e Serviços Ltda., localizada na Rua Comendador Miguel Calfat, 460, Vila Nova Conceição, São Paulo, Estado de São Paulo, com nome fantasia FLEET SERVICES, é uma locadora de veículos *premium*. A sociedade tem como objeto social a locação de veículos novos e usados, blindados ou não; prestação de serviços de manutenção e oficina em veículos; e intermediação de negócios.

Em outubro de 2017, a Companhia vendeu sua participação societária na BVHD Locação de Veículos e Serviços Ltda (Fleet Services) para a Movida Participações SA.

VBCP

AVBCP Comércio de Veículos Ltda., localizada na Avenida dos Bandeirantes, 1.811, Vila Olímpia, São Paulo, Estado de São Paulo, com nome fantasia EUROBIKE SEMINOVOS SÃO PAULO, é uma concessionária de veículos nacionais e importados. A Empresa tem como objeto social o comércio de veículos/motocicletas (novos e usados) e peças/acessórios; consultoria em gestão de concessionárias de veículos; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; intermediação de venda de veículos e serviços de blindagem.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia retirou-se como sócia da investida VBCP Comércio de Veículos Ltda.

VSTM

A VSTM Comércio de Veículos Ltda., localizada na ST SGCV/SUL, lote 9, s/n, lojas 25 e 26, Guará, Brasília, Distrito Federal, com nome fantasia EUROBIKE SEMINOVOS BRASÍLIA, é uma concessionária de veículos nacionais e importados. A Empresa tem como objeto social o comércio de veículos/motocicletas (novos e usados) e peças/acessórios; comércio varejista de artigos do vestuário e souvenirs; consultoria em gestão de concessionárias de veículos; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; intermediação de venda de veículos e serviços de blindagem.

BVGE

A BVGE Comércio de Veículos Ltda., localizada na Avenida Portugal, 2.537, Jardim São Luiz, Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, com nome fantasia EUROBIKE SEMINOVOS, compreende uma rede de concessionárias especializadas em veículos *premium*. A sociedade tem como objeto social o comércio de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios, nacionais e importados, novos e usados, a assistência técnica e a consignação de autos e motos; importação de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios; comércio varejista de artigos do vestuário e souvenirs; participação em outras sociedades empresárias ou não, como sócia, ou acionista (holding); consultoria em gestão de concessionárias de veículos; atividades de correspondente bancário; armazenamento de veículos e intermediação de venda de veículos. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia retirou-se como sócia da investida BVGE Comércio de Veículos Ltda.

BMMOT

A BMMOT Comércio de Veículos Ltda., localizada na Rua Hélio Pelegrino, 825, Vila Nova Conceição, São Paulo, Estado de São Paulo, com nome fantasia EUROBIKE BMW MOTOS SÃO PAULO, é uma concessionária de motocicletas nacionais e importadas. A Empresa tem como objeto social o comércio de motocicletas (novas e usadas) e peças/acessórios; consultoria em gestão de concessionárias de motocicletas; serviços de manutenção e reparação mecânica de motocicletas e intermediação de venda de motocicletas.

3 Base de consolidação

a. Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

b. Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

c. Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

d. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

e. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil (BRGAAP), e segue os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 29 de março de 2018. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas nas notas explicativas 8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 3 (a)**-Consolidação - Determinação se o Grupo detém de fato o controle sob uma investida; e
- **Nota explicativa nº 34**- Compromissos com contratos.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 14** - Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota explicativa nº 15** - Investimentos;
- **Nota explicativa nº 16**-Imobilizado;
- **Nota explicativa nº 17**-Intangível; e
- **Nota explicativa nº 24** - Provisões para contingência.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia e suas controladas revisam regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar o valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preço).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa nº 32 - Instrumentos Financeiros.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

8 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

(i) Venda de mercadorias

A receita operacional da venda de mercadorias (veículos novos e usados, peças, acessórios e agregados) no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais da modalidade da venda, mas normalmente coincide com o momento da retirada do produto vendido.

(ii) Bônus

O bônus recebido pela Companhia e suas controladas das montadoras de automóveis é reconhecido quando já é certo que o seu recebimento ocorrerá e quando o valor pode ser mensurado com confiabilidade.

(iii) Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por ordens de serviços referentes a trabalhos realizados.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- rendimento sobre aplicações financeiras;
- juros e multas recebidos;
- despesas bancárias;
- juros sobre financiamentos e debêntures;
- impostos sobre operações financeiras;

- descontos concedidos; e
- descontos obtidos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

c. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis que não excedem o valor realizável líquido, sendo as peças valorizadas pelo critério do custo médio ponderado e os veículos pelo custo de aquisição.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Edificações	60 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativos intangíveis

(i) Software

As licenças de programas de computador (“*softwares*”) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas foram capitalizadas pelo custo e os gastos associados à manutenção dessas são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de 5 anos para os ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

(ii) *Fundo de comércio*

O fundo de comércio é composto de um conjunto de bens corpóreos ou incorpóreos que facilitam o exercício da atividade mercantil. No caso do fundo de comércio detido pela Companhia os valores representam a possibilidade de comercializar seus veículos em alguns lugares estratégicos para seu negócio.

O fundo de comércio não tem prazo para término do benefício, sendo ele condicionado apenas à saída da Companhia do lugar e, portanto, sua vida útil é indeterminada, não sendo amortizado.

A cada encerramento de exercício é realizado o teste de *impairment* do fundo de comércio.

(iii) *Direitos de concessão*

Os direitos de concessão possuídos pela Companhia são direitos de comercializar certas marcas de automóveis *premium* em uma certa localização.

Os direitos de concessão são renovados por prazo indeterminado, sendo seu término condicionado à venda dos mesmos para outra Companhia.

A cada encerramento de exercício é realizado o teste de *impairment* dos direitos de concessão.

h. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis

A Companhia classifica passivo financeiro não derivativos na seguinte categoria: outros passivos financeiros.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e Desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido no estatuto, são reconhecidos como passivo ou retidos. Vide nota explicativa nº 26.

i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em unidades geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k. Arrendamentos

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia concluir, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

(ii) Ativos arrendados

Os arrendamentos, em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos referentes aos arrendamentos mercantis operacionais não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia, sendo reconhecidos como despesa à medida que os pagamentos das prestações contratuais são efetuados.

(iii) Pagamento de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a Interpretação de Programas de Fidelidade com o Cliente.

O CPC 47 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. O Grupo realizou uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção do CPC 47 em suas demonstrações financeiras bem como iniciou a revisão de documentos internos para avaliar a necessidade de criação e/ou alteração de procedimentos, conforme divulgado a seguir:

(i) Venda de mercadorias

As receitas são atualmente reconhecidas quando os bens são entregues ou retirados nas dependências da Companhia, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos, neste momento a receita e os custos podem ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação é provável e não há envolvimento contínuo da Administração com os produtos.

De acordo com o CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. Assim, não são esperadas alterações relevantes na forma de mensuração e reconhecimento das receitas com a adoção da referida nova norma contábil.

(ii) Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras.

De acordo com o CPC 47 o total da contraprestação desses serviços deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de venda individuais. Os preços de venda individuais serão determinados com base na tabela de preços que o Grupo utiliza para transações de venda de cada serviço separadamente.

Com base na avaliação inicial do Grupo, o valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente similares. Portanto, o Grupo não espera que a aplicação do CPC 47 resulte em diferenças significativas no momento do reconhecimento da receita para esses serviços.

CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 substitui as orientações existentes no CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

O CPC 48 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos para o Grupo.

(iii) Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação inicial, o Grupo não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos.

(iv) *Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais*

O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; uma entidade pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

O Grupo acredita que não haverá aumento significativo nas perdas por redução ao valor recuperável.

(v) *Classificação - Passivos Financeiros*

O CPC 48 retém grande parte dos requerimentos do CPC 38 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com o CPC 38, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

O Grupo não designou ou pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar do Grupo não indicou qualquer impacto material se as exigências do CPC 48 relativas à classificação dos passivos financeiros fossem aplicadas em 31 de dezembro de 2017.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 (CPC 47) Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

- Alterações ao CPC 10 Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas e ao CPC 18 Investimento em Coligada em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e saldo bancário	<u>1.226</u>	<u>3.187</u>	<u>377</u>	<u>1.560</u>
	<u>1.226</u>	<u>3.187</u>	<u>377</u>	<u>1.560</u>

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na entidade e saldos em poder de bancos.

A exposição da Companhia e de suas controladas a risco de crédito e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota explicativa nº 32.

11 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Duplicatas a receber	7.793	16.997	5.540	15.747
Partes relacionadas (nota explicativa nº21)	208	104	270	2.073
Cartões a receber	2.101	1.278	427	1.269
Outros créditos	2.127	3.206	1.833	3.206
	12.229	21.585	8.070	22.295

A Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2017 não possuíam nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

O saldo de provisão para perdas por valor recuperável (*impairment*) registrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 1.023 (idêntico em 2016).

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável assim como a composição por vencimento relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na nota explicativa nº 32.

12 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Veículos novos	24.859	53.777	18.058	52.296
Veículos usados	5.415	9.589	2.867	676
Motos novas	1.891	1.462	244	1.462
Motos usadas	532	270	85	270
Peças e acessórios	6.599	11.162	3.500	11.162
Outros	125	478	124	478
	39.421	76.738	24.878	66.344

O valor reconhecido como provisão para perda no estoque no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 2.041 e não houve movimentação quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

13 Outros ativos

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Adiantamentos diversos	193	628	153	605
Contas a receber por empréstimos a coligadas (nota explicativa nº 21)	1.689	-	1.689	-
Despesas antecipadas	86	219	73	162
Outras contas a receber	300	-	300	-
	2.268	847	2.215	767

14 Ativos e passivos fiscais diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado possuem as seguintes origens:

Consolidado/ controladora	Ativo/(Passivo)		Resultado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social				
Provisão para contingências	222	222	-	-
Provisão para valor não realizável nos estoques	695	695	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	348	348	-	-
Prejuízo fiscal a compensar	3.716	3.716	-	-
Custo de transação	(78)	(126)	48	93
Total	4.903	4.855	48	93

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos prejuízos acumulados no montante de R\$ 25.469 (R\$ 23.142 em 2016), pois a administração considera que não é provável que lucros tributáveis futuros venham estar disponíveis. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Conciliação dos impostos sobre o lucro:

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Reconciliação da taxa efetiva				
Resultado do exercício antes dos impostos	(2.860)	(24.284)	(7.751)	(25.955)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa com imposto à alíquota nominal	972	8.257	2.635	8.825
Ajuste do imposto de renda e contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social diferido não reconhecidos	(2.327)	(9.437)	(2.327)	(9.437)
Despesas não dedutíveis	257	649	275	921
Outros	(535)	(216)	(535)	(216)
Imposto corrente	(1.681)	(840)	-	-
Imposto diferido	48	93	48	93
Alíquota efetiva	57%	3%	-1%	-

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

15 Investimentos

A Companhia registrou uma perda de R\$ 593 em 31 de dezembro (ganho de R\$ 316 em 2016).

Em fevereiro de 2017, foi constituída a empresa BMMOT Comércio de Veículos Ltda, na qual a Companhia detém participação majoritária. O capital investido pela Companhia na sociedade no montante de R\$ 2.590 foi integralizado em agosto de 2017 com bens.

A Companhia retirou-se como sócia da investida VBCP Comércio de Veículos Ltda em 30 de junho de 2017. Por não haver interesse dos demais sócios em adquirir as quotas da Companhia, o capital social da sociedade foi reduzido e a Companhia recebeu o montante de R\$ 2.185 referente ao valor patrimonial de suas quotas, levantado em 31 de maio de 2017. Nessa transação, a Companhia registrou uma perda de R\$ 165.

Em julho de 2017, a Companhia aumentou sua participação na VSTM Comércio de Veículos Ltda. em 25,96% (R\$ 24.000), que foi integralizado com ativos da filial de Brasília.

Em outubro de 2017, foi vendida a participação da Companhia na BVHD Locação de Veículos e Serviços Ltda. (Fleet Services), localizada na cidade de São Paulo, para a Movida Participações SA. Do valor total da venda (R\$ 22.000) foi deduzido o saldo da dívida líquida da Fleet na data de fechamento da negociação (aproximadamente R\$ 17.000).

A Companhia retirou-se como sócia da investida BVGE Comércio de Veículos Ltda. em 31 de dezembro de 2017. O capital social da sociedade foi reduzido e a Companhia recebeu o montante de R\$ 2.879 referente ao valor patrimonial de suas quotas no encerramento do exercício. Nessa transação, a Companhia registrou um ganho de R\$ 400.

Nenhuma das controladas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras em controladas:

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
BVHD Locação de Veículos e Serviços Ltda.	-	-	-	266
VBCP Comércio de Veículos Ltda.	-	-	-	2.400
VSTM Comércio de Veículos Ltda.	-	-	27.195	2.706
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	-	2.066	-	2.066
BMMOT Comércio de Veículos Ltda.	-	-	2.170	-
	<u>-</u>	<u>2.066</u>	<u>29.365</u>	<u>7.438</u>

BCLV Comércio de Veículos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017

	Participação	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Ativo Líquido Total	Outros (i)	Participação no Ativo Líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência Patrimonial
31 de dezembro de 2017														
BVHD Locação de Veículos e Serviços Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(640)
VBCP Comércio de Veículos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(370)
VSTM Comércio de Veículos Ltda.	76,96%	16.150	29.640	45.790	11.008	-	11.008	34.782	555	27.195	72.323	(70.975)	1.348	490
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(143)
BMMOT Comércio de Veículos Ltda.	92,50%	5.508	962	6.470	4.085	-	4.085	2.385	(39)	2.170	13.198	(13.123)	75	70
	-	<u>21.658</u>	<u>30.602</u>	<u>52.260</u>	<u>15.093</u>	<u>-</u>	<u>15.093</u>	<u>37.167</u>	<u>516</u>	<u>29.365</u>	<u>85.521</u>	<u>(84.098)</u>	<u>1.423</u>	<u>(593)</u>
31 de dezembro de 2016														
BVHD Locação de Veículos e Serviços Ltda.	80,00%	1.269	13.941	15.210	5.431	9.552	14.983	227	106	266	7.946	(8.624)	(678)	(517)
VBCP Comércio de Veículos Ltda.	60,61%	7.904	88	7.992	4.336	-	4.336	3.656	304	2.400	37.918	(37.079)	839	297
VSTM Comércio de Veículos Ltda.	51,00%	5.771	108	5.879	573	-	573	5.306	-	2.706	28.887	(27.969)	918	468
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	39,98%	11.817	61	11.878	3.860	972	4.832	7.046	(1.878)	2.066	75.137	(72.642)	2.495	68
	-	<u>26.761</u>	<u>14.198</u>	<u>40.959</u>	<u>14.200</u>	<u>10.524</u>	<u>24.724</u>	<u>16.235</u>	<u>(1.468)</u>	<u>7.438</u>	<u>149.888</u>	<u>(146.314)</u>	<u>3.574</u>	<u>316</u>

(i) Refere-se ao percentual de participação dos minoritários sobre capital social não integralizado.

16 Imobilizado

	Consolidado								
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Instalações	Benfeitorias	Obras em andamento	Total
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>7.800</u>	<u>19.663</u>	<u>10.877</u>	<u>31.356</u>	<u>8.883</u>	<u>2.167</u>	<u>31.139</u>	<u>-</u>	<u>111.885</u>
Adições	-	1.106	441	11.010	-	336	950	94	13.937
Baixas	<u>(3.960)</u>	<u>(1.267)</u>	<u>(400)</u>	<u>(4.114)</u>	<u>(1.500)</u>	<u>(12)</u>	<u>(1.726)</u>	<u>-</u>	<u>(12.979)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>3.840</u>	<u>19.502</u>	<u>10.918</u>	<u>38.252</u>	<u>7.383</u>	<u>2.491</u>	<u>30.363</u>	<u>94</u>	<u>112.843</u>
Adições	-	3.936	1.876	2.391	-	430	1.952	1.671	12.256
Baixas	-	(7.050)	(4.126)	(20.182)	-	(1.936)	(21.435)	-	(54.729)
Transferências	-	-	-	-	(2.350)	-	-	2.350	-
Perda de controle	-	(13)	(3)	(16.641)	-	-	(89)	-	(16.746)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>3.840</u>	<u>16.375</u>	<u>8.665</u>	<u>3.820</u>	<u>5.033</u>	<u>985</u>	<u>10.791</u>	<u>4.115</u>	<u>53.624</u>
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(471)</u>	<u>(9.670)</u>	<u>(4.027)</u>	<u>(9.305)</u>	<u>-</u>	<u>(705)</u>	<u>(14.964)</u>	<u>-</u>	<u>(39.142)</u>
Adições	(31)	(1.998)	(1.045)	(5.652)	-	(220)	(5.126)	-	(14.072)
Baixas	<u>121</u>	<u>760</u>	<u>161</u>	<u>1.570</u>	<u>-</u>	<u>5</u>	<u>748</u>	<u>-</u>	<u>3.365</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(381)</u>	<u>(10.908)</u>	<u>(4.911)</u>	<u>(13.387)</u>	<u>-</u>	<u>(920)</u>	<u>(19.342)</u>	<u>-</u>	<u>(49.849)</u>
Adições	(312)	(1.442)	(832)	(922)	-	(128)	(2.793)	-	(6.429)
Baixas	-	3.243	1.710	8.010	-	686	15.966	-	29.615
Perda de controle	-	0-	-	2.698	-	-	19	-	2.717
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(693)</u>	<u>(9.107)</u>	<u>(4.033)</u>	<u>(3.601)</u>	<u>-</u>	<u>(362)</u>	<u>(6.150)</u>	<u>-</u>	<u>(23.946)</u>
Valor líquido contábil									
Em 31 de dezembro de 2016	3.459	8.594	6.007	24.865	7.383	1.571	11.021	94	62.994
Em 31 de dezembro de 2017	3.147	7.268	4.632	219	5.033	623	4.641	4.115	29.678

	Controladora								
Custo	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Instalações	Benfeitorias	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>7.800</u>	<u>19.663</u>	<u>10.877</u>	<u>24.670</u>	<u>8.883</u>	<u>2.167</u>	<u>31.139</u>	<u>-</u>	<u>105.199</u>
Adições	-	1.093	430	-	-	336	743	94	2.696
Baixas	<u>(3.960)</u>	<u>(1.267)</u>	<u>(400)</u>	<u>(3.058)</u>	<u>(1.500)</u>	<u>(12)</u>	<u>(1.723)</u>	<u>-</u>	<u>(11.920)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>3.840</u>	<u>19.489</u>	<u>10.907</u>	<u>21.612</u>	<u>7.383</u>	<u>2.491</u>	<u>30.159</u>	<u>94</u>	<u>95.975</u>
Adições	-	1.258	394	2.368	-	291	1.428	1.671	7.410
Baixas	-	(7.010)	(4.126)	(20.182)	-	(1.936)	(21.435)	-	(54.689)
Transferências	-	-	-	-	(2.350)	-	-	2.350	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>3.840</u>	<u>13.737</u>	<u>7.175</u>	<u>3.798</u>	<u>5.033</u>	<u>846</u>	<u>10.152</u>	<u>4.115</u>	<u>48.696</u>
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(471)</u>	<u>(9.670)</u>	<u>(4.027)</u>	<u>(8.826)</u>	<u>-</u>	<u>(705)</u>	<u>(14.964)</u>	<u>-</u>	<u>(38.663)</u>
Adições	(31)	(1.996)	(1.045)	(3.223)	-	(220)	(5.095)	-	(11.610)
Baixas	<u>121</u>	<u>759</u>	<u>161</u>	<u>1.361</u>	<u>-</u>	<u>5</u>	<u>748</u>	<u>-</u>	<u>3.155</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(381)</u>	<u>(10.907)</u>	<u>(4.911)</u>	<u>(10.688)</u>	<u>-</u>	<u>(920)</u>	<u>(19.311)</u>	<u>-</u>	<u>(47.118)</u>
Adições	(312)	(1.296)	(761)	(917)	-	(122)	(2.722)	-	(6.130)
Baixas	-	3.243	1.710	8.010	-	686	15.966	-	29.615
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(693)</u>	<u>(8.960)</u>	<u>(3.962)</u>	<u>(3.595)</u>	<u>-</u>	<u>(356)</u>	<u>(6.067)</u>	<u>-</u>	<u>(23.633)</u>
Valor líquido contábil									
Em 31 de dezembro de 2016	3.459	8.582	5.996	10.924	7.383	1.571	10.848	94	48.857
Em 31 de dezembro de 2017	3.147	4.777	3.213	203	5.033	490	4.085	4.115	25.063

Em 07 de janeiro de 2016, a Companhia vendeu para a parte relacionada Vismob Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. o imóvel situado no município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais no montante de R\$ 7.500.

Análise do valor de recuperação

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia e suas controladas utilizaram o mais recente cálculo detalhado do valor recuperável de tais ativos, efetuado em 31 de dezembro de 2016, para teste do valor recuperável em 31 de dezembro de 2017. Concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras.

17 Intangível

	Consolidado				
	<i>Software</i>	Fundo de comércio	Direitos de concessão	Marcas e patentes	Total
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.078	762	35.499	272	38.611
Adições	<u>572</u>	-	-	37	<u>609</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>2.650</u>	<u>762</u>	<u>35.499</u>	<u>309</u>	<u>39.220</u>
Adições	386	-	25.987	36	26.409
Baixas	<u>(359)</u>	<u>(762)</u>	<u>(24.022)</u>	<u>(3)</u>	<u>(25.146)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>2.677</u>	<u>-</u>	<u>37.464</u>	<u>342</u>	<u>40.483</u>
Amortização					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(1.809)	-	-	-	(1.809)
Adições	<u>(654)</u>	-	-	-	<u>(654)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(2.463)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.463)</u>
Adições	(461)	-	-	-	(461)
Baixas	<u>353</u>	-	-	-	<u>353</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(2.571)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.571)</u>
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2016	187	762	35.499	309	36.757
Em 31 de dezembro de 2017	106	-	37.464	342	37.912

	Controladora				Total
	<i>Software</i>	Fundo de comércio	Direitos de concessão	Marcas e patentes	
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.078	762	35.499	272	38.611
Adições	<u>572</u>	-	-	37	<u>609</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>2.650</u>	<u>762</u>	<u>35.499</u>	<u>309</u>	<u>39.220</u>
Adições	386	-	-	36	422
Baixas	<u>(359)</u>	<u>(762)</u>	<u>(24.022)</u>	<u>(3)</u>	<u>(25.146)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>2.677</u>	<u>-</u>	<u>11.477</u>	<u>342</u>	<u>14.496</u>
Amortização					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(1.809)	-	-	-	(1.809)
Adições	<u>(654)</u>	-	-	-	<u>(654)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(2.463)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.463)</u>
Adições	(461)	-	-	-	(461)
Baixas	<u>353</u>	-	-	-	<u>353</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(2.571)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.571)</u>
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2016	187	762	35.499	309	36.757
Em 31 de dezembro de 2017	106	-	11.477	342	11.925

a. Análise do valor de recuperação

Anualmente, a Companhia e suas controladas determinam os valores recuperáveis dos ativos intangíveis de vida útil indefinida, relacionados aos saldos de fundo de comércio e direito de concessão, com base em seu valor de uso. A Companhia e suas controladas utilizaram o mais recente cálculo detalhado do valor recuperável de tais ativos, em 31 de dezembro de 2016, para teste do valor recuperável em 31 de dezembro de 2017. Concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras.

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável foram a taxa de desconto dos fluxos de caixa, taxas de crescimento na perpetuidade e margem EBIT.

b. Direitos de concessão

Os valores registrados no ativo intangível, como direitos de concessão referem se exclusivamente a concessões adquiridas de outros concessionários, que por sua vez possuem prazo indeterminado.

Os valores determinados para as premissas chave representou a avaliação da Administração às tendências futuras no comércio de veículos *premium* e foram baseadas tanto em fontes externas como fontes internas (dados históricos). As premissas-chave utilizadas estão demonstradas abaixo e refletem a média ponderada dos testes de recuperação calculados:

	2017	2016
Taxa de desconto	7,77%	8,84%
Taxa de crescimento (perpetuidade)	0%	0%
Margem EBIT (média ponderada para os próximos cinco anos)	1,51%	0,84%

18 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores de veículos	26.760	70.667	19.722	67.591
Fornecedores de veículos (Nota explicativa nº 21)	1.640	-	1.640	-
Fornecedores de peças	4.317	6.539	2.294	6.539
Fornecedores de peças e serviços partes relacionadas (Nota explicativa nº 21)	2	18	2	18
Fornecedores diversos	1.480	4.196	1.117	4.248
	34.199	81.420	24.775	78.396

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 32.

19 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 32.

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargos	Ano de vencimento	Consolidado		Controladora	
					2017	2016	2017	2016
Capital de giro	R\$	CI	14,59%a.a.	2017	16.000	14.958	16.000	14.958
Capital de giro	R\$		21,54%a.a.	2017-2018	4.253	2.276	4.253	833
Conta garantida	R\$	CI	15,21%a.a.	2017	439	3.920	439	3.920
Conta garantida	R\$	-	15,02%a.a.	2017	3.087	6.828	3.087	6.828
Conta garantida	R\$	CI	15,21%a.a.	2017	1.668	-	1.668	-
Financiamento imobiliário	R\$	-	18,36%a.a.	2021	1.592	2.081	1.592	2.081
Leasing	R\$	-	16,97%a.a.	2017-2019	-	8.607	-	5.839
Finame	R\$	-	2,50%a.a.	2019	-	3.554	-	3.554
Cédula de Crédito Bancário	R\$	-	18,41%a.a.	2017-2020	7.070	17.816	7.070	9.217
Conta corrente entre partes relacionadas (Nota explicativa nº 21)	R\$	-	-	-	-	-	1.763	-
Empréstimos entre partes relacionadas (Nota explicativa nº 21)	R\$	-	17,40%a.a.	2017	2.500	3.000	2.500	2.000
Empréstimos entre partes relacionadas (Nota explicativa nº 21)	R\$	CDI	12,31%a.a.	2017-2018	31.616	33.516	30.816	33.516
					68.225	96.556	69.188	82.746
Circulante					(66.567)	(55.966)	(67.530)	(51.708)
Não circulante					1.658	40.590	1.658	31.038

Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2017, o cronograma de amortização da dívida era o seguinte:

Exercício	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
2017	-	55.966	-	51.708
2018	66.567	34.564	67.530	28.819
2019	1.045	4.933	1.045	1.607
2020 a 2021	613	1.093	613	612
	<u>68.225</u>	<u>96.556</u>	<u>69.188</u>	<u>82.746</u>

Garantias

Para os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia são concedidos como garantias aval e imóveis do controlador.

a. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Consolidado/ Controladora		Patrimônio líquido			Patrimônio líquido			Total
		Passivos	Outros empréstimos e financiamentos	Capital social	Passivos	Outros empréstimos e financiamentos	Capital social	
		Saque a descoberto utilizado para fins de gestão de caixa			Saque a descoberto utilizado para fins de gestão de caixa			
Saldo em 1º de janeiro de 2017	Nota	10.748	100.918	62.491	174.157	10.748	87.108	160.347
Variações dos fluxos de caixa de financiamento								
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	25	-	-	2.712	2.712	-	-	2.712
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	19/20	17.869	31.587	-	49.456	17.869	33.550	51.419
Dividendos distribuídos		-	872	-	872	-	-	-
Pagamento de empréstimos	19/20	(23.423)	(43.697)	-	(67.120)	(23.423)	(48.697)	(72.120)
Adiantamento de capital em investidas		-	(3.032)	-	(3.032)	-	-	-
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento		(5.554)	(14.270)	2.712	(17.112)	(5.554)	(15.147)	(17.989)
Outras variações								
Relacionadas com passivos e patrimônio líquido								
Custos de transação relacionados a debêntures	20	-	169	-	169	-	169	169
Integralização de capital mediante utilização de AFAC		-	-	500	500	-	-	500
Despesas com juros		-	13.514	-	13.514	-	13.493	13.493
Juros pagos		-	(13.514)	-	(13.514)	-	(13.493)	(13.493)
Outros/ perda de controle		-	(15.650)	-	(15.650)	-	-	-
Total das outras variações relacionadas com passivos		-	(15.481)	-	(15.481)	-	169	169
Total das outras variações relacionadas com patrimônio		-	-	500	500	-	500	500
Saldo em 31 de dezembro de 2017		5.194	71.167	65.703	142.064	5.194	72.130	143.027

20 Debêntures

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargos	Ano de vencimento	Consolidado e Controladora	
					2017	2016
Debêntures	R\$	CDI	9,56% a.a.	2019	8.136	15.110
Circulante					(8.136)	(6.974)
Não circulante					-	8.136

Em 05 de fevereiro de 2013, a Companhia realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 50.000. Foram emitidas 50 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2014 e último vencimento em 15 de fevereiro de 2019, devidamente prorrogado conforme ata de 07 de outubro de 2016. As debêntures serão atualizadas com base na variação acumulada do CDI acrescido da taxa percentual equivalente a 2,67% ao ano.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagável mensalmente, iniciando a partir de 15 de março de 2013 até 15 de fevereiro de 2019.

Quebra de cláusulas contratuais (covenants)

De acordo com os termos do contrato essas debêntures serão pagas em parcelas anuais nos próximos 3 anos. Contudo, o contrato contém *covenants* que estabelecem ao final de cada exercício social a relação da Dívida Líquida x EBITDA calculadas com base nas demonstrações financeiras individuais anuais seja igual ou inferior a 2,0 a partir do exercício de 2014 até a data do vencimento.

Em dezembro de 2016, a Companhia não atingiu os índices financeiros das cláusulas contratuais das debêntures e em 07 de outubro de 2016, foi concedida a liberação do cumprimento pela Companhia do índice financeiro Dívida Líquida x EBITDA, única e exclusivamente para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Em dezembro de 2017, a Companhia não atingiu os índices financeiros das cláusulas contratuais das debêntures, fato este que acarretou na reclassificação do saldo da dívida do passivo não-circulante para o passivo circulante, no montante de R\$ 1.162.

Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2017, o cronograma de amortização das debêntures era o seguinte:

Período	2017	2016
2017	-	6.974
2018	8.136	6.974
2019	-	1.162
	8.136	15.110

Garantias

Para as debêntures, foram concedidas como garantia dois imóveis localizados em São José do Rio Preto e Uberlândia.

21 Partes relacionadas

a. Controladora

Em 31 de dezembro de 2017, 99,999999% das ações da Companhia pertencem a Henry Visconde, que detém o controle da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, 50,000001% das ações da Companhia pertenciam à BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A., que detinha o controle da companhia.

b. Operações com o pessoal chave da administração

Remuneração de pessoal chave da administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Em 2017, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a direção da Companhia e suas controladas totalizou R\$ 2.440 (R\$ 1.838 em 31 de dezembro de 2016).

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, são apresentados a seguir:

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<i>Ativo</i>						
Contas a receber (a)- Nota explicativa nº 11						
Henry Visconde	21	-	-	-	1.295	-
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	111	91	-	-	3.276	2.670
BVHD Comércio de Veículos Ltda.	36	-	-	-	1.011	-
VBCP Comércio de Veículos Ltda.	4	-	-	-	606	-
Pulsare Comércio de Veículos Ltda.	36	13	-	-	494	616
Total de contas a receber - Nota explicativa nº 11	208	104	-	-	6.682	3.286
Adiantamentos de fornecedores (d)						
Pulsare Comércio de Veículos Ltda.	76	614	-	-	-	3.286
Outros ativos (e)- Nota explicativa nº 13						
Pulsare Comércio de Veículos Ltda.	1.689	-	-	-	-	-
Total do ativo	1.973	718	-	-	6.682	3.286

BCLV Comércio de Veículos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Passivo						
Empréstimos e financiamentos						
Mútuo financeiro a pagar (c)- Nota explicativa nº 19	-	-	(34.116)	(36.516)	(3.990)	(4.122)
Fornecedores						
Fornecedores diversos (b)						
VSMOB Empreendimentos imobiliários e Participações Ltda.(b)	-	-	-	-	(552)	(726)
ILLAN Empreendimentos e Participações Ltda. (b)	-	-	-	-	(635)	(528)
					(1.187)	(1.254)
Fornecedores de peças (a)						
Pulsare Comércio de Veículos Ltda.(a)	-	-	(2)	(18)	(143)	(109)
Fornecedores de veículos (a)						
Henry Visconde	-	-	(630)	-	(646)	-
BVGE Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	(1.010)	-	(1.080)	(101)
BVHD Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	(10)	-
VBCP Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	(53)	-
	-	-	(1.640)	-	(1.789)	(101)
Total de fornecedores - Nota explicativa nº 18	-	-	(1.642)	(18)	(3.119)	(1.464)
Adiantamentos de clientes (d)						
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	-	-	(1.555)	-	-	-
VSTM Comércio de Veículos Ltda	-	-	-	(128)	-	-
VBCP Comércio de Veículos Ltda	-	-	(133)	(110)	-	-
Total de adiantamentos de clientes - Nota explicativa nº 22	-	-	(1.688)	(238)	-	-
Total do passivo	-	-	(37.446)	(36.772)	(7.109)	(5.586)
Controladora						
	Ativos		Passivos		Resultado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Ativo						
Contas a receber (a)- Nota explicativa nº 11						
Henry Visconde	21	-	-	-	887	-
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	111	91	-	-	3.276	2.670
BVHD Comércio de Veículos Ltda.	36	1.815	-	-	1.011	1.643
VBCP Comércio de Veículos Ltda.	4	59	-	-	606	3.189
VSTM Comércio de Veículos Ltda.	50	95	-	-	6.515	772
BMMOT Comércio de Veículos Ltda.	12	-	-	-	1.477	-
Pulsare Comércio de Veículos Ltda.	36	13	-	-	494	616
Total de contas a receber - Nota explicativa nº 11	270	2.073	-	-	14.266	8.890
Adiantamentos de fornecedores (d)						
Pulsare Comércio de Veículos Ltda.	76	614	-	-	-	-
Outros ativos (e)- Nota explicativa nº 13						
Pulsare Comércio de Veículos Ltda.	1.689	-	-	-	-	-
Total do ativo	2.035	2.687	-	-	14.266	8.890
Passivo						
Empréstimos e financiamentos						
VSTM Comércio de Veículos Ltda. (e)	-	-	(476)	-	-	-
BMMOT Comércio de Veículos Ltda. (e)	-	-	(1.287)	-	-	-
Mútuo financeiro a pagar (c)- Nota explicativa nº 19	-	-	(35.079)	(35.516)	(3.990)	(4.013)
	-	-	(36.842)	(35.516)	(3.990)	(4.013)

	Controladora					
	Ativos		Passivos		Resultado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Fornecedores						
Fornecedores diversos						
VISMOB Empreendimentos imobiliários e Participações Ltda.(b)	-	-	-	-	(552)	(726)
ILLAN Empreendimentos e Participações Ltda. (b)	-	-	-	-	(635)	(528)
	-	-	-	-	(1.187)	(1.254)
Fornecedores de peças (a)						
Pulsare Comércio de Veículos Ltda.(a)	-	-	(2)	(18)	(143)	(109)
BVHD Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	(10)	(5)
VBCP Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	(53)	(5)
VSTM Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	(34)	(24)
BMMOT Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	-	-	(99)	-
	-	-	(2)	(18)	(339)	(143)
Fornecedores de veículos (a)						
Henry Visconde	-	-	(630)	-	(646)	-
BVGE Comércio de Veículos Ltda. (a)	-	-	(1.010)	-	(1.080)	(101)
	-	-	(1.640)	-	(1.726)	(101)
Total de fornecedores - Nota explicativa nº 18	-	-	(1.642)	(18)	(3.252)	(1.498)
Adiantamentos de clientes (d)						
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	-	-	(1.555)	(2.085)	-	-
VSTM Comércio de Veículos Ltda.	-	-	(24)	(128)	-	-
VBCP Comércio de Veículos Ltda.	-	-	(133)	(110)	-	-
BMMOT Comércio de Veículos Ltda.	-	-	(16)	-	-	-
Total de adiantamentos de clientes - Nota explicativa nº 22	-	-	(1.728)	(2.323)	-	-
Total do passivo	-	-	(40.212)	(37.857)	(7.242)	(5.511)

- (a) Transações comerciais de venda e compra de mercadorias e prestação de serviços no curso normal das operações.
- (b) Refere-se à locação de imóveis para operação da Companhia.
- (c) Mútuos financeiros tomados junto a membros próximos dos acionistas (controladores e não controladores) sendo corrigidos a taxa variável do CDI mensal e registrado no resultado em despesas financeiras e contratos de conta-corrente firmados entre as empresas do grupo para suprir necessidades de capital de giro.
- (d) Refere-se à compra e venda de veículos.
- (e) Contrato de conta corrente firmado entre as empresas do grupo para suprir necessidades de capital de giro, sem incidência de juros.

Para os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia são concedidos como garantias imóveis e aval do controlador (Notas explicativas nº 19 e 20).

22 Adiantamentos de clientes

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Adiantamentos de clientes de veículos	8.018	2.404	4.640	384
Adiantamentos de clientes de veículos partes relacionadas (nota explicativa nº 21)	1.688	238	1.728	2.323
Adiantamentos de clientes de pós-vendas	1.291	1.957	1.090	1.846
Adiantamentos de clientes de outras receitas (a)	11.380	12.000	11.380	12.000
	<u>22.377</u>	<u>16.599</u>	<u>18.838</u>	<u>16.553</u>

- (a) Refere-se a adiantamentos recebidos como sinal em decorrência de negociações de venda de filiais Audi e Porsche da cidade de Ribeirão Preto.

23 Salários, encargos sociais e tributos a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Provisão de férias e 13º salário	1.780	3.298	1.372	3.101
Salários e encargos sociais	1.367	2.825	960	2.561
Tributos a recolher	912	1.600	663	1.376
	4.059	7.723	2.995	7.038

24 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas classificam o risco de perda nos processos legais como “remotos”, “possíveis” ou “prováveis”. A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas baseadas nas normas contábeis consideram não existirem riscos efetivos e não foram registradas provisões em 31 de dezembro de 2017.

Segue composição das provisões

	2017	2016
Trabalhistas (a)	92	92
Ações de indenização (b)	524	524
Outros	36	36
	652	652

- (a) A provisão trabalhista refere-se a uma ação movida por um ex-funcionário da Companhia.
- (b) As ações de indenização referem-se a processos movidos por clientes devido a problemas em veículos revendidos pela Companhia.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R\$ 32.081 (R\$ 31.466 em 31 de dezembro de 2016) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	2017	2016
Tributárias	23.326	22.371
Ações de indenização	8.108	8.028
Outros	647	1.067
	32.081	31.466

As ações tributárias referem-se a autos de infração e imposição de multa de ICMS.

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado subscrito e integralizado está representado por 109.058.732 ações ordinárias (idêntico em 31 de dezembro de 2016), no valor de R\$ 0,6025 cada, pertencentes aos seguintes acionistas:

	2017	2016
	Participação	Participação
BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A.	-	50,000001%
Henry Visconde	99,999999%	49,999999%
Illan Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.	0,000001%	-
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

Em 31 de dezembro de 2017, pela ata da Assembléia Geral extraordinária de dissolução, a BPAG Brazilian Premium Auto Group SA foi extinta e suas ações na BCLV foram transferidas para Henry Visconde, que na mesma data transferiu 1 (uma) ação para a Illan Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda, mediante registro no livro de transferência de ações.

b. Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme apresentado nesta nota explicativa, item (c).

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina um dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei 6.404/76.

d. Adiantamento para futuro aumento de capital

Os adiantamentos para futuro aumento de capital são os recursos recebidos pela Companhia de seus acionistas, a serem utilizados com a finalidade de aumentar, futuramente, o capital social da sociedade.

Em 30 de abril de 2017, foi convertido em capital social, o adiantamento para futuro aumento de capital realizado em 25 de fevereiro de 2016 no valor de R\$ 500 pela controladora da Companhia, BPAG Brazilian Premium Auto Group S.A. Houve também um aumento de capital social no valor de R\$ 2.712, referente ao crédito da Companhia com a BPAG, em virtude da compra das quotas da investida BVGE Comércio de Veículos Ltda. em 22 de novembro de 2016.

Considerando que a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo, não houve emissão de novas ações.

26 Receita operacional líquida

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Receita de venda de veículos novos	269.483	404.187	222.911	407.509
Receita de venda de veículos usados	103.307	72.420	6.451	6.683
Receita da oficina	68.568	99.764	62.091	100.086
Receita de venda de motos novas	31.585	38.090	22.476	38.090
Receitas de venda de peças e acessórios	14.761	14.366	11.913	14.398
Receita de bônus das concessionárias	13.116	24.638	10.795	24.557
Receitas de agregados	11.756	13.276	9.994	12.767
Receita de locação de veículos	6.852	7.816	-	-
Receita de venda de motos usadas	5.730	8.844	4.619	8.795
Total da receita bruta	525.158	683.401	351.250	612.885
Menos:				
Cofins sobre venda	(7.114)	(8.408)	(5.070)	(7.567)
ICMS sobre venda	(3.790)	(2.538)	(1.750)	(2.077)
PIS sobre venda	(1.541)	(1.614)	(1.098)	(1.642)
ISS sobre serviços prestados	(989)	(1.287)	(842)	(1.264)
IPI sobre venda	(603)	-	(603)	-
Devoluções	(1.188)	(1.671)	(782)	(1.503)
Total devoluções e impostos	(15.225)	(15.518)	(10.145)	(14.053)
Total de receita	509.933	667.883	341.105	598.832

27 Custos por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Custos				
Custo de venda de veículos novos	(257.422)	(391.186)	(213.667)	(394.580)
Custo de venda de veículos usados	(91.741)	(63.530)	(6.006)	(6.274)
Custo da oficina	(41.740)	(60.317)	(38.311)	(60.528)
Custo de venda de motos novas	(27.640)	(33.199)	(19.914)	(33.199)
Custos de venda de peças e acessórios	(11.255)	(9.714)	(10.627)	(9.744)
Custo de venda de motos usadas	(5.259)	(8.282)	(4.189)	(8.241)
Custo locação de veículos	(3.874)	(3.328)	-	-
Total	(438.931)	(569.556)	(292.714)	(512.566)

28 Despesas comerciais por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Despesa com salários e encargos	(13.364)	(18.171)	(10.408)	(16.859)
Outras despesas	(7.853)	(9.082)	(4.361)	(7.599)
Despesa com comissão de vendas	(3.582)	(4.713)	(2.590)	(4.317)
Despesa com publicidade e propaganda	(1.885)	(2.869)	(1.493)	(2.754)
Despesa com fretes e carretos	(1.077)	(1.108)	(800)	(1.043)
Despesa com eventos	(530)	(730)	(450)	(729)
	(28.291)	(36.673)	(20.102)	(33.301)

29 Despesas gerais e administrativas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Despesa com aluguéis	(11.329)	(11.772)	(8.484)	(10.934)
Outras despesas	(8.541)	(10.071)	(6.395)	(8.888)
Despesa com depreciação e amortização	(7.056)	(12.296)	(6.590)	(12.265)
Despesa com salários e encargos	(5.208)	(8.148)	(4.515)	(7.749)
Despesa com consultoria e assessorias	(4.183)	(2.666)	(3.756)	(2.449)
Despesa com telefonia e dados	(1.913)	(2.453)	(1.635)	(2.342)
Despesa com manutenção e conservação	(1.128)	(1.517)	(1.037)	(1.492)
Despesa com segurança	(1.095)	(1.606)	(1.041)	(1.592)
Despesa com energia elétrica	(950)	(1.341)	(805)	(1.326)
Despesa com taxa e emolumentos	(178)	(163)	(160)	(148)
Despesa com material de consumo	(92)	(152)	(75)	(147)
Despesa com limpeza	(22)	(126)	(19)	(125)
	(41.695)	(52.311)	(34.512)	(49.457)

30 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Outras receitas	409	931	257	427
Ganho ou perda de capital (i)	22.467	(1.787)	22.467	1.553
	22.876	(856)	22.724	1.980

(i) Refere-se ao ganho gerado na venda de filiais durante o exercício conforme descrito abaixo:

Em janeiro e fevereiro de 2017, a Companhia efetivou a venda das filiais Land Rover e Audi localizadas na cidade de Porto Alegre e Caxias do Sul.

Em abril de 2017, a Companhia efetivou a venda da filial Land Rover localizada na cidade Uberlândia para a investida BVGE Comércio de Veículos Ltda.

Em julho e agosto de 2017, a Companhia efetivou a venda da filial de BMW e Porsche localizada na cidade de Brasília para a investida VSTM Comércio de Veículos Ltda., e da filial BMW Motos na cidade de São Paulo, para a investida BMMOT Comércio de Veículos Ltda.

31 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Juros sobre financiamentos e debêntures	(21.242)	(26.760)	(18.427)	(25.376)
Impostos sobre operações financeiras	(2.023)	(2.376)	(1.796)	(2.264)
Despesas bancárias	(2.928)	(2.677)	(2.610)	(2.533)
Descontos concedidos	(1.611)	(2.038)	(1.400)	(2.007)
Variação cambial	(41)	-	(41)	-
	(27.845)	(33.851)	(24.274)	(32.180)
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	197	83	142	57
Juros e multas recebidos	360	225	346	224
Descontos obtidos	536	704	127	140
	1.093	1.012	615	421
	(26.752)	(32.839)	(23.659)	(31.759)

32 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

BCLV Comércio de Veículos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017

31 de dezembro de 2017

	Consolidado							
	Valor contábil			Valor justo				
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.226	-	1.226				
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	12.229	-	12.229				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	68.225	68.225	-	67.110	-	67.110
Debêntures	-	-	8.136	8.136	-	8.147	-	8.147
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	34.199	34.199				

31 de dezembro de 2016

	Consolidado							
	Valor contábil			Valor justo				
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.187	-	3.187				
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	21.585	-	21.585				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	96.556	96.556	-	97.389	-	97.389
Debêntures	-	-	15.110	15.110	-	15.293	-	15.293
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	81.420	81.420				

BCLV Comércio de Veículos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017

31 de dezembro de 2017

	Controladora							
	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	377	-	377				
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	8.070	-	8.070				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	69.188	69.188	-	67.891	-	67.891
Debêntures	-	-	8.136	8.136	-	8.147	-	8.147
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	24.775	24.775				

31 de dezembro de 2016

	Controladora							
	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.560	-	1.560				
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	22.295	-	22.295				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	82.746	82.746	-	81.654	-	81.654
Debêntures	-	-	15.110	15.110	-	15.293	-	15.293
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	78.396	78.396				

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e suas controladas apresentam exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e de suas controladas, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e de suas controladas.

c. Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrer em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Valor contábil		Valor contábil	
		2017	2016	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.226	3.187	377	1.560
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	11	12.229	21.585	8.070	22.295

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas detinham caixa e equivalentes de caixa de R\$ 1.226 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 3.187 em 31 de dezembro de 2016), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

O saldo de provisão para perdas por valor recuperável (*impairment*) não movimentou para este período sendo o total no montante de R\$ 1.023 (idêntica em 31 de dezembro de 2016).

A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A Companhia e suas controladas acreditam que os montantes que não sofrem perda de redução no valor recuperável e que estão vencidos há mais de 30 dias são cobráveis, com base em histórico de comportamento de pagamento.

A Companhia e suas controladas acreditam que nenhuma provisão será necessária com relação a contas a receber não vencido.

A composição por vencimento dos empréstimos e recebíveis na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
A vencer	6.118	11.449	4.477	10.883
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	4.130	4.554	1.811	4.535
De 31 a 60 dias	240	1.425	129	1.253
De 61 a 90 dias	252	2.069	233	2.076
De 91 a 180 dias	258	1.145	188	1.163
Acima de 181 dias	2.254	1.966	2.255	3.408
	13.252	22.608	9.093	23.318
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.023)	(1.023)	(1.023)	(1.023)
	12.229	21.585	8.070	22.295

A realização do crédito do contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela diretoria. O contas a receber de clientes é relacionado a vários clientes e a Companhia e suas controladas consideram o estágio dos procedimentos internos e externos de cobrança para estimar uma provisão para crédito de liquidação duvidosa em contrapartida ao resultado para tais títulos, o que normalmente ocorre para títulos vencidos há mais de 90 dias, sendo feita uma análise individual dos títulos, conforme metodologia revisada pela administração.

Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A gestão desse risco se dá pela composição de um capital de giro de curto prazo que sustente as operações de vendas, como: estoque médio e prazo médio de recebíveis, recursos com taxas atrativas e de curto prazo, com giro médio de pagamento dessas operações de 60 dias. Esse capital normalmente é composto de adiantamentos de clientes, 60 dias para pagamento de alguns veículos novos e limite de crédito nos bancos parceiros.

Em eventuais insuficiências de capital de giro, as obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas serão liquidadas mediante aporte de recursos próprios ou de partes relacionadas.

Exposição a riscos de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Cronograma de amortização da dívida

Consolidado								
	Valor	Fluxo						
31 de dezembro de 2017	Contábil	de caixa	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 75
		contratual	meses	meses	meses	meses	meses	Meses
Fornecedores	34.199	34.199	34.199	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	68.225	74.509	72.468	1.291	606	144	-	-
Debêntures	8.136	9.045	9.045	-	-	-	-	-
	Valor	Fluxo						
31 de dezembro de 2016	Contábil	de caixa	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 93
		contratual	meses	meses	Meses	meses	meses	Meses
Fornecedores	81.420	81.420	81.420	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	96.556	113.243	65.953	39.077	6.402	1.589	222	-
Debêntures	15.110	17.783	8.623	7.576	1.584	-	-	-

Controladora								
31 de dezembro de 2017	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 75 Meses
Fornecedores	24.775	24.775	24.775	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	69.188	75.376	73.335	1.291	606	144	-	-
Debêntures	8.136	9.045	9.045	-	-	-	-	-

31 de dezembro de 2016	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 Meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 93 Meses
Fornecedores	78.396	78.396	78.396	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	82.746	94.946	60.143	31.703	1.994	884	222	-
Debêntures	15.110	17.783	8.623	7.576	1.584	-	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e de suas controladas, possam ser realizados antecipadamente.

f. Risco de mercado

Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam nos ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e suas controladas vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI- Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia e de suas controladas era:

	Consolidado		Controladora	
	Valor contábil		Valor contábil	
	2017	2016	2017	2016
Instrumentos de taxa pré-fixada				
Fornecedores	28.400	70.667	21.412	67.591
Empréstimos e financiamentos	18.502	44.162	20.265	30.352

Risco	Consolidado		Controladora	
	Valor contábil		Valor contábil	
	2017	2016	2017	2016
Instrumentos de taxa variável				
Empréstimos e financiamentos	CDI 49.723	52.394	48.923	52.394
Debêntures	CDI 8.136	15.110	8.136	15.110

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas possuem R\$ 57.859 de debêntures e empréstimos e financiamentos indexados a taxa pós-fixada, substancialmente o CDI. No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do CDI, sendo o cenário provável a taxa média de juros efetivos em 2017. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do período e patrimônio líquido.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 31/12/2017	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumentado Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Passivos Financeiros - Financiamentos	(49.723)	Aumento CDI	9,90	(4.843)	12,38	(6.054)	14,85	(7.265)
Passivos Financeiros - Debêntures	(8.136)	Aumento CDI Pré-Over	6,89	(561)	8,61	(701)	10,34	(841)
Total dos passivos financeiros	(57.859)	***		(5.404)		(6.755)		(8.106)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						(1.351)		(2.702)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 31/12/2017	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Passivos Financeiros - Financiamentos	(49.723)	Redução CDI	9,90	4843	7,43	3.632	4,95	2.422
Passivos Financeiros - Debêntures	(8.136)	Redução CDI Pré-Over	6,89	561	5,17	421	3,45	280
Total dos passivos financeiros	(57.859)	***		5.404		4.053		2.702
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						1.351		2.702

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

33 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. Esses indicadores correspondem aos índices:

De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante)
De alavancagem financeira(*)

Maior ou igual a 1
Maior que 1

- (*) Se o grau de alavancagem financeira (GAF) for maior que 1,0 indica que a alavancagem será considerada favorável: o retorno do Ativo Total (conjunto de bens e direitos da Companhia, expressos em moeda) será razoavelmente maior que a remuneração paga ao capital de terceiros.

Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Ativo circulante	59.806	107.831	40.013	95.094
Passivo circulante	135.502	169.093	122.274	160.960
Índice de liquidez	0,44	0,64	0,33	0,59
Resultado do exercício	(4.493)	(25.031)	(7.703)	(25.862)
Patrimônio líquido	(4.410)	(3.404)	(12.212)	(7.221)
RPL (retorno sobre o patrimônio líquido)	1,02	7,35	0,63	3,58
Resultado do exercício	(4.493)	(25.031)	(7.703)	(25.862)
Ativo total	133.402	215.067	112.372	193.565
RAT (retorno sobre o ativo total)	(0,03)	(0,12)	(0,07)	(0,13)
GAF (grau de alavancagem financeira) RPL/RAT	(34,00)	(63,18)	(9,00)	(26,81)

34 Compromissos com contratos

Os arrendamentos operacionais serão pagos da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Menos de ano	10.377	10.716	6.879	9.940
Entre um e cinco anos	16.612	19.584	9.162	17.177
Mais de cinco anos	-	-	-	-
Total	26.989	30.300	16.041	27.117

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas possuem contratos de aluguéis assinados, com compromisso de desembolsos anuais, conforme demonstrado no quadro acima, cuja vigência dos contratos de locação ocorrerá em média até 2020.

Os arrendamentos mercantis operacionais que a Companhia e suas controladas possuem são referentes aos prédios utilizados para instalação de suas concessionárias nas cidades de Ribeirão Preto, São Paulo e Brasília.

35 Eventos subsequentes

Em fevereiro e março de 2018, a Companhia efetivou a vendas filiais Audi e Porsche da cidade de Ribeirão Preto no valor de R\$ 7.200 mil e R\$ 8.000 mil, respectivamente.

Composição da Diretoria

Henry Visconde
Diretor Presidente

Deives Lança Pires
Diretor Financeiro

Contadora

Michelle Ferreira de Menezes
CRC/SP 1 SP269927/O-5